

## A MARÉ ROSA SUL-AMERICANA E A ASCENSÃO DA ESQUERDA NO BRASIL

Ariane Costa dos Santos

(INEST/RI - UFF)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo discutir a ascensão de governos postuladores da social-democracia na América do Sul, nos anos 2000, tomando o Brasil como objeto de estudo e exemplo paradigmático dessa inflexão política. A partir de uma perspectiva economicista, o fenômeno conhecido como Maré Rosa será tratado aqui como resposta a uma década de noventa marcada por um neoliberalismo extremamente custoso em termos sociais para o continente, levando a uma resposta conjuntural de rompimento com as políticas econômicas vigentes. Pretende-se mostrar que a crise cambial brasileira de 1998-99 contribuiu para abrir espaço a um novo pensamento político na sociedade brasileira e, conseqüentemente, a uma nova práxis política.

**Abstract:** This work discusses the rise of social democratic governments in South America in the 2000's using Brazil as a benchmark in the study of this political transformation. From an economic perspective, the phenomenon known as *Maré Rosa* will be treated here as a response to a socially costly neoliberalism in South America. The immediate result was a general response from the region causing the change of the economic policies of the nineties. This paper intends to present the Brazilian currency crisis between 1998-99 as it gave an opening to a new political way of thinking in Brazilian society and, as a consequence, to a new political reality.

### INTRODUÇÃO

Ao analisar a realidade política da América do Sul atual não há como deixar de notar a tendência dos últimos governos do início do século XXI de chegada ao poder de partidos e líderes de esquerda, nos seus mais variados graus e dotados das mais diversas agendas, reunindo a característica comum de um sentimento antiliberal. Esse fenômeno de ascensão de uma nova classe política ao executivo federal na maior parte dos países da América do Sul, quebrando uma tendência de décadas de governo da direita tradicional, levou ao que alguns autores como Francisco Panizza denominaram de *Maré Rosa*<sup>1</sup>.

Esse conceito aplicado à realidade sul-americana tem como inspiração a chamada Onda Rosa, caracterizada pela ascensão de governos da denominada Terceira Via - especialmente, na Europa dos anos noventa - sucedendo a governos de orientação conservadora, ao mesmo tempo em que buscavam uma reformulação da social-democracia, ajustada ao neoliberalismo. A definição desse novo conceito revela a transformação da esquerda sul-americana, adicionando-lhe um caráter menos radical e, por isso, não podendo ser caracterizado como uma maré vermelha. Entretanto, a análise da conjuntura atual sul-americana leva a crer que essa tendência não seja apenas uma maré temporária, mas uma realidade de prazo mais longo, especialmente ao levarmos em conta a tradição ideológica da região, mais adepta à intervenção estatal na economia, desde o período da industrialização por substituição de importações, formando um pensamento coletivo mais estatista do que liberalizante.

Será defendido nesse trabalho que um dos fatores que mais contribuíram para essa inflexão política na virada do milênio foi o descontentamento com a política neoliberal da década anterior, uma década de altos custos sociais e políticas econômicas impopulares de austeridade, ainda agravadas por crises pontuais como a crise cambial brasileira, em 1998, e a crise na Argentina, em 2001. Ambas abarcaram as maiores economias sul-americanas e membros fundadores do Mercosul, sendo a ascensão da Maré Rosa imediatamente posterior a um período de estagnação econômica na América Latina entre 1998 e 2002, denominada de meia década perdida, devido à retração econômica e transferência de capitais.

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, o avanço do capitalismo tendo o modelo norte-americano como paradigma de desenvolvimento econômico levou a uma tendência conjuntural nas economias ocidentais de seguir o modelo de capitalismo liberal. Havia quase que um consenso entre líderes mundiais e parte da população de que esse era o modelo mais eficiente, especialmente para economias periféricas que ainda buscavam seu desenvolvimento. Para isso, é necessário lembrar a influência do Consenso de Washington (1989) ao produzir uma cartilha de políticas macroeconômicas ortodoxas<sup>2</sup> a serem aplicadas pelos países periféricos com objetivo de estabilização econômica e inflacionária, pavimentando o caminho para um desenvolvimento que nunca chegou por

essa via. Tais medidas foram aplicadas em maior ou menor grau por cada governo, mas gerando insatisfação popular de uma forma geral apesar de haverem sido aplicadas em um período democrático, com respaldo popular e forte influência internacional.

Por quase toda a América do Sul, esse período foi marcado por um rígido controle inflacionário a partir de políticas fiscais e monetárias restritivas, forte abertura econômica e financeira, obtendo-se um êxito econômico a curto prazo em alguns países, a partir de planos de estabilidade econômica, como no Brasil e na Argentina. Porém, a médio e longo prazo, as conseqüências foram bastante negativas: aumento da dependência ao capital estrangeiro, enfraquecimento da indústria nacional, aumento do déficit público interno e externo, balança comercial deficitária, aumento do desemprego e do trabalho informal. Tais conseqüências se deram de forma muito mais agravante nas economias periféricas sul-americanas do que nos países desenvolvidos que também adotaram a cartilha liberal. Por isso, se faz importante discutir aqui algumas características estruturais do desenvolvimento capitalista da América do Sul.

#### **CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO SUL-AMERICANA**

Utilizando o termo de Albert Hirschman, a indústria latino-americana se caracterizou por ser *late-late comer*<sup>3</sup> ou tardia mais retardatária. Isto é, não se desenvolveu nem na primeira fase do capitalismo industrial, no final do século XVIII, nem na industrialização posterior das novas economias industriais como Alemanha, Japão e Itália - *late-comers* – na segunda metade do século XIX. Dessa forma, a posição duradoura de colônia na economia internacional deu aos países da América Latina características estruturais comuns no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo.

Sem entrar nas especificidades do desenvolvimento da industrialização de cada país sul-americano, é necessário, ao menos, citar as características estruturais que levaram à consolidação de uma realidade *sui generis* no subcontinente: 1) utilização histórica de mão-de-obra escrava levando a um mercado consumidor de menores proporções e/ou capacidade, que se satura rapidamente – resultando no fim de ciclos econômicos<sup>4</sup>; 2) ausência de burguesia desenvolvimentista nacional consolidada, levando o Estado a cumprir o papel do capital privado em alguns setores, como

o setor de bens de capital, pouco lucrativo a curto prazo e demandante de pesados investimentos; 3) setor financeiro pouco integrado ao setor produtivo, de forma que os bancos privados não tinham, e ainda não o têm, tradição de liberar crédito para o investimento produtivo, vivendo, fundamentalmente, da especulação financeira<sup>5</sup> 4) problema estrutural de inflação inercial, pois a pouca disponibilidade de crédito abre espaço para um aumento geral de preços como uma das poucas possibilidades de auto-financiamento industrial. Isto é, devido à falta de crédito barato as indústrias se financiam aumentando a taxa de lucro; 5) Por último, a economia dos late-late-comers é altamente influenciada pelo *Path Dependence*: há poucos incentivos para o empreendedorismo, gerando uma forte tendência a investir em um produto cuja a infraestrutura necessária já esteja instalada no país e a existência de lucro seja certa. Isso acaba gerando uma dependência da economia em alguns poucos produtos e baixa diversificação econômica.<sup>6</sup>

Além disso, é necessário lembrar que o processo de industrialização por substituição de importações sul-americano foi além do keynesianismo da simples regulação estatal nas relações econômicas e trabalhistas. A industrialização por substituição de importações posicionou o Estado como interventor direto e criador da indústria de base, infraestrutura energética e transportes, setores que não receberiam investimento privado num primeiro momento devido a custos altos e lucro a longo prazo. Essa realidade somada à influência da CEPAL<sup>7</sup> contribuiu na formação de atores políticos e ideias de tendência esquerdista, sejam estas mais ou menos ortodoxas. É interessante perceber que inclusive a “burguesia nacional” brasileira, se é que ela existe, tem a tradição de defender a presença do Estado na economia. Logicamente, na busca de seus próprios interesses, ou seja, na forma de subsídios, como produtor de insumos e controlador de barreiras. De qualquer forma, essa visão vai de encontro à perspectiva liberal de que o Estado é ineficiente e deve existir apenas para garantir a segurança interna e externa do país. Não esquecendo que muitos governos autoritários e interventores - tanto socialmente quanto economicamente - do Cone-sul foram apoiados pelas próprias elites econômico-produtivas locais. Exemplo disso, foi o apoio inicial dado pela classes médias e o setor empresarial brasileiro ao governo militar, que adotou diversas políticas de caráter heterodoxo na busca do crescimento, resultando no Milagre Econômico em 1973.



## ANOS 2000 E A MARÉ ANTILIBERAL NA AMÉRICA DO SUL

As indústrias sul-americanas não tinham nem a maturidade nem a competitividade necessárias para suportar a abertura econômica e financeira do período neoliberal. O grau de abertura requerido pelos organismos internacionais não era viável de ser sustentado em países periféricos como o é em países desenvolvidos. Na teoria, a opção de abertura e valorização cambial com fins de controle inflacionário parecia muito eficiente. Entretanto, na prática, ela foi bastante custosa, já que diversas empresas foram coagidas a reduzir seus preços devido à alta competitividade dos produtos importados e muitas não resistiram, indo à falência e provocando desempregos conjunturais. Como resultado, a redução do investimento produtivo, agravada pelo encarecimento do crédito – fruto de políticas antiinflacionárias – gerou dependência ao capital externo, aumento do desemprego, da pobreza e da informalidade do trabalho.

Essa conjuntura de recessão das economias periféricas neoliberais abriu espaço para uma resposta conjuntural, assim como estrutural, dos países latino-americanos com a ascensão de governos antiliberais ao poder executivo de diversos países<sup>8</sup>. A partir da reformulação interna de líderes e partidos surge a denominada Terceira Onda ou Maré Rosa, na América do Sul. Aqui foi utilizado o exemplo do Brasil e do Partido dos Trabalhadores para exemplificar a inflexão e reestruturação interna sofrida por um partido tradicional trabalhista portador de discurso antiliberal. Este passa a adotar elementos da política neoliberal, como a preocupação contínua de controle inflacionário e controle do déficit fiscal, variando em maior ou menor medida em cada país. No caso do Brasil, nos dois mandatos do governo Lula, a política antiinflacionária foi notadamente marcada por juros altos, aumentando o custo do capital para os tomadores de crédito e limitando o crescimento produtivo. Diferentemente da esquerda radical, a social-democracia traz uma continuidade do modelo de produção capitalista com a novidade de incluir a preocupação por equidade e justiça social, reconhecendo as deficiências da economia de mercado impostas pelo Consenso de Washington e percebendo como ingênua a percepção de que o mercado é justo, livre de falhas e autorregulador. Levando a formação de uma nova agenda de desenvolvimento, centrada na postulação do Estado como agente econômico: Estado com capacidade de gestão, necessidade de intervenção para corrigir as injustiças do mercado, necessidade de integrar políticas econômicas e sociais (PANIZZA, p.10, 2006).

## REALIDADE BRASILEIRA PARADIGMÁTICA

Tomando o Brasil como realidade paradigmática por ser a maior economia regional, liderança histórica internacional na representação dos interesses sul-americanos desde a Liga das Nações e por ter apresentado forte intervenção estatal durante o desenvolvimento da sua indústria, foi possível perceber que as transformações políticas internas ocorridas ao longo do século XX foram altamente compatíveis com a teoria de Peter Gourevitch<sup>9</sup>. O acadêmico parte de uma abordagem institucionalista que privilegia o entendimento da estrutura interna do país defendendo que crises econômicas são momentos de rearranjo político na história nacional, abrindo espaço para o questionamento do *status quo*, e podendo levar à mudança de paradigmas.

Fazendo um breve balanço da história política brasileira do século XX a partir da perspectiva de Gourevitch, temos que: a crise econômica de 29 gera, no Brasil, o rompimento com a política oligárquica e início da era de desenvolvimentismo varguista com a Revolução de 30; a crise industrial brasileira de 1962 contribuiu para o questionamento e crise política no governo Jango, abrindo as portas para o golpe de direita e início do regime militar; a década perdida – década de 80 – marcada pela crise da dívida externa, influenciou o fim do regime militar e a reinstauração do período democrático. E, por fim, a crise cambial de 1998-99 teria aberto espaço para o questionamento das políticas econômicas ortodoxas do Plano Real contribuindo para a eleição de um candidato opositor representante da esquerda tradicional partidária. Contudo, não se pode entender a esfera econômica como causa única dessas mudanças político-estruturais, mas, ao mesmo tempo, não se pode negar que, juntamente com fatores de ordem interna social, política, e cultural, as crises econômicas contribuíram, de alguma maneira, para as transformações estruturais elencadas nessa breve análise.

Crises econômicas, portanto, incentivariam uma mudança política interna já latente. Para Gourevitch, é necessário entender o poder político por detrás da implementação das políticas econômicas. Segundo ele, em toda sociedade há diversas perspectivas acerca da forma mais eficiente de se gerenciar a economia nacional, mas a perspectiva triunfante será aquela cujos partidários detiverem poder suficiente para transformar sua teoria em força de lei. Trabalhando com tipos ideais, podemos elencar duas perspectivas principais dentro da realidade brasileira: uma de cunho liberal e outra de cunho keynesiano. Aplicando isso ao período histórico que será analisado, é possível perceber que a perspectiva liberal foi a triunfante durante toda a década de 90<sup>10</sup>, havendo uma inflexão em

2003 com a chegada ao poder do PT, iniciando uma mudança de paradigma com a inserção do objetivo final de crescimento econômico com redução da desigualdade de renda, por meio do aumento da demanda efetiva a partir de políticas fiscais expansionistas.

### CRISE CAMBIAL BRASILEIRA (1998/99)

Tomando o exemplo do Brasil, com a implementação do Plano Real (1994), seu sucesso imediato é tão forte que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mentor do plano econômico, é eleito presidente nas eleições do mesmo ano. Entretanto, a médio prazo, as políticas de sobrevalorização do Real e, conseqüente, abertura econômica, acabam prejudicando a indústria nacional e os setores exportadores, refletindo na redução do emprego e no baixo crescimento. Como resultado, aumentam-se os déficits comerciais e o desequilíbrio externo. Para atrair capitais estrangeiros com o fim de manter o Real valorizado, uma abertura financeira com base em altas taxas de juros é feita. O aumento da taxa de juros incide positivamente no capital financeiro, atraindo investimento externo, entretanto, se mostra negativo para o capital produtivo, uma vez que encarece o crédito ao investidor e ao consumidor, desacelerando toda a atividade econômica.

Tais problemas estruturais de uma política antiinflacionária baseada na âncora cambial<sup>11</sup> por um longo período (1994-1999), somados a uma crise de contágio de outras economias periféricas (México, 1994, Sudeste Asiático, 1997 e Rússia, 1998) levam a uma fuga de capitais estrangeiros do Brasil inviabilizando a manutenção de um câmbio sobrevalorizado frente às moedas estrangeiras. Como resultado, o Banco Central abandona o regime de câmbio fixo em Janeiro de 1999 pelo câmbio flutuante. Com o início do novo regime, o Real passa por uma brusca desvalorização levando a um aumento súbito de preços em um curto prazo e, conseqüentemente, à grande insatisfação popular e crise política do governo FHC. É importante lembrar que este foi eleito e reeleito com base no discurso de estabilidade econômica a partir da estabilidade do Real.

A crise desestabilizou o sistema de relações e medidas políticas: os atores sociais afetados pela situação econômica começaram a avaliar e questionar as políticas econômicas implementadas, assim como se abriram ao surgimento de novas propostas. Dessa forma, o segundo mandato do FHC (1999-2002), também marcado pela Crise do Apagão em 2001<sup>12</sup>, foi caracterizado pelo questionamento do *status quo* no âmbito político.

### ELEIÇÃO PRESIDENCIAL EM 2002: LULA (PT) X SERRA (PSDB)

Essa realidade, caracterizada por crises, foi decisiva na eleição presidencial de 2002. De um lado, o PSDB de José Serra, mesmo partido de Cardoso, representava a continuidade das mesmas políticas que, embora tenham obtido a estabilização econômica no primeiro mandato FHC, levaram a resultados socioeconômicos desastrosos no segundo. De outro lado, em um contexto de insatisfação popular e de busca de ruptura, o PT baseava o seu discurso exatamente na necessidade de mudança, resultando na vitória do Lula em 2002 como o segundo presidente mais votado do mundo, até aquele período, com 53 milhões de votos. A vitória do Lula simbolizou a mudança no paradigma do equilíbrio fiscal e controle inflacionário para o novo paradigma de crescimento econômico com redução da desigualdade, mas ainda sem deixar de lado o equilíbrio das finanças e a necessidade de manter a confiança internacional.

Há que considerar que as perspectivas de vitória de um candidato com histórico de discurso antiliberal aumentaram o risco-Brasil, reduzindo a confiança dos investidores, resultando na terminologia “risco-Lula”. Em contrapartida, Lula assina a paradigmática “Carta ao Povo Brasileiro” no ano da eleição simbolizando o seu compromisso com os contratos nacionais e internacionais, e na garantia do equilíbrio fiscal. Isso gerou, de um lado, insatisfação de setores mais à esquerda, e de outro lado, a redução da desconfiança de setores de direita, e, ainda, logrando angariar o apoio de setores do empresariado e da classe média. Dessa forma, o próprio PT passa por inflexões internas, perdendo o radicalismo e se afastando da sua ideologia originária, passando a incluir elementos da agenda neoliberal como estabilidade fiscal e controle inflacionário. Entretanto, defendendo-os como um meio necessário para se chegar ao crescimento econômico e não mais como um fim em si mesmo. Daí a diferença crucial entre a perspectiva neoliberal anterior e a nova perspectiva imbuída em um “capitalismo protegido” que busca reduzir as disparidades sociais, a partir da ação estatal.



É possível perceber que, tanto o neoliberalismo da década de noventa, quanto a ascensão das esquerdas na década de 2000, presentes nas grandes e médias economias da América do Sul, formaram duas realidades conjunturais na região: em um primeiro momento, o neoliberalismo e, em um segundo momento, o surgimento da nova esquerda. De fato, o grau de neoliberalismo ou de moderação da esquerda variou de país para país, segundo a estrutura sociopolítica interna de cada local. Mas, de uma forma geral, a América do Sul parece estar sujeita a uma espécie de *spillover* ou, em outras palavras, um efeito transbordamento gerador de influência em um espaço geopolítico muito próximo. Possivelmente, um passado histórico similar e características semelhantes no processo de industrialização e desenvolvimento econômico desses países tenham contribuído para isso. O capitalismo industrial se desenvolveu na América do Sul de forma predatória para as massas trabalhadoras devido às características estruturais das economias *late-late comers*, fazendo com que a presença do Estado, em subsídios, incentivos e investimento em infraestrutura nessas economias tenha sido não só desejosa, mas também necessária.

## NOTAS

[1] Panizza, Francisco. (2006), "La Marea Rosa". Análise de Conjuntura OPSA, n.8, ago. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/analises.php>.

[2] Dentre as principais prescrições para o crescimento do Consenso de Washington temos: disciplina fiscal, adoção de câmbio de mercado, abertura econômica e financeira, privatizações e desregulamentação de leis econômicas e trabalhistas.

[3] Serra, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia do Pós-Guerra. Revista de Economia Política Vol 2-2, No 6 Abril-Junho, 1982.

[4] caso do Brasil em 1962, em que houve estagnação econômica por geração de grande capacidade ociosa da indústria frente à saturação da demanda do mercado consumidor nacional.

[5] Na realidade brasileira, por exemplo, quem acaba financiando o desenvolvimento e liberando crédito são os bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica);

[6] caso do café no Brasil durante a República Velha e período imperial, já havia mercado consumidor, terra, mão-de-obra, estradas, trens e subsídio do governo instalados.

[7] de corrente marxista-keynesiana, teve forte influência nos anos 50 e 60 ao pensar a realidade do continente sul-americano de forma *sui generis*.

[8] Venezuela (Hugo Chávez 1999- 2013), Guiana (Bharrat Jagdeo 1999-2011), Suriname (Runaldo Ronald Venetiaan 2000-2010), Chile (Partido Socialista do Chile; Michele Bachelet 2006-2010), Brasil (PT; 2003-atual), Argentina (Governos Kirchner, 2003 - Atual), Uruguai (Frente Amplio; Tabaré Vázquez 2005-2010; José Mujica 2010 - Atual), Bolívia (MAS; Evo Morales 2006 - Atual), Equador (Rafel Correa 2007 - Atual), Paraguai

(Fernando Lugo 2008 - 2012), Peru (Partido Nacionalista Peruano; Ollanta Humala 2011 - Atual).

[9] "Políticas estratégicas en tiempos difíciles. Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales".

[10] No caso do Brasil, a tendência neoliberal dos anos 90 teve uma forma menos ortodoxa, podendo ser classificada por um neoliberalismo híbrido, já que se adotou parte da agenda neoliberal, com privatizações e políticas recessivas, concomitante à permanência de grandes estatais - como bancos comerciais e de desenvolvimento (Banco do Brasil e Caixa Econômica), além de empresas de petróleo (Petrobrás) e energia (Eletrobrás).

[11] mecanismo em que as taxas de câmbio são fixadas pelo governo, que controla sua variação, na tentativa de reduzir a inflação em momentos de desestabilização da economia.

[12] A redução do investimento em infraestrutura energética durante os anos neoliberais, somadas a um fator circunstancial de escassez de chuvas, resultou em apagões frequentes na região Centro-Sul do país e racionamentos

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAN, Barry. **Regions and Powers The Structure of International Security**. Cap 10- South American an Underconflictual Anomaly? , 2003. p. 304-340.

CERVO, Amado. **Sob o Signo Liberal: as Relações Internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Internacional., 2000. p. 5-27.

GOUREVITCH, Peter. **Políticas Estratégicas en Tiempos Dificiles. Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales**. FCE, México, 1986.

SERRA, José. **Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia do Pós-Guerra**. Revista de Economia Política Vol 2-2, No 6 Abril-Junho, 1982.

PANIZZA, Francisco. **La Marea Rosa**. Análise de Conjuntura OPSA, n.8, ago. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/analises.php>, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica e Ajuste do Modelo Econômico**.

Fiori, José Luís. "Requiescat in pace". *Valor Econômico*. 25 de agosto de 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e Crise na América Latina: O caso do Brasil**. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/filgueiras.doc>, 2002.